



| | | |
|---|--|---|
|  | <p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p> |  |
| <p>Despacho</p> | | |
| <p>Autor: Dep. Carlos Avalone</p> | | |

Modifica o art.18 do Projeto de Lei nº 849/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 18** A cobrança pelo uso da água, estabelecida em lei específica, é um instrumento gerencial que visa:

JUSTIFICATIVA

A emenda em tela visa determinar a cobrança pelo uso da água em lei específica, aprimorando a redação original do art.18 do projeto de lei nº849/2019. O art.97 do Código Tributário Nacional estabelece que:

Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos, ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos, ou sua redução, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65;

III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal, ressalvado o disposto no inciso I do § 3º do artigo 52, e do seu sujeito passivo;

IV - a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65;

V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI - as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

§ 1º Equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.

§ 2º Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II deste artigo, a



atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Logo, a cobrança de que trata o artigo 18 do projeto em apreço deverá ser estabelecido em lei.

Pelas razões acima expostas, conto com os nobres colegas para aprovação da presente emenda.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 10 de Dezembro de 2019

Carlos Avalone
Deputado Estadual